

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

<p>DEL PRIORY, Mary. Mulheres no Brasil Colonial. São Paulo: Contexto, 2000.</p>	<p>O livro aborda os temas de <u>trabalhos executados pelas escravas</u>, prostituição, concubinato, relação com a Igreja, maternidade e aborto. São citados alguns nomes de escravas. O livro tem <u>imagens lindas de Debret e Rugendas</u>.</p>
<p>SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII.</p>	<p>O artigo trata das <u>irmandades religiosas de negros</u> no Rio de Janeiro como espaço de resistência à escravidão. São citados alguns <u>nomes de mulheres</u>: Marina Martins, Victória Correa da Conceição, Quitéria Fernandes da Silva (viúvas que deixaram testamento), Magdalena Costa (preta forra crioula) e Josepha da Costa (preta mina).</p>
<p>SOARES, Mariza de Carvalho. Descobrimo a Guiné no Brasil Colonial.</p>	<p>O artigo começa tratando das <u>expedições à África</u> e sua exploração. Traz estimativas dos números referentes à entrada de escravos africanos no Brasil (pág. 80). São analisados os livros de <u>batismo de escravos</u>. Na página 86 há uma análise percentual relativa às escravas. Identificação dos grupos para cá trazidos: majoritariamente Guiné, Mina e Angola. “Nos primeiros 30 anos do século XVIII mais de 70% da população escrava da cidade do Rio de Janeiro é africana”. (pág. 87) <u>Mulheres citadas</u>: Ignácia Maria (preta forra), Magdalena Costa (preta forra crioula), Josepha da Costa (preta mina), Ignácia e Suzana (Guiné, nação Banguella).</p>
<p>ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. RJ: Paz e Terra, 1989.</p>	<p>O livro trata de como as mulheres deviam se comportar em relação ao amor e envolvimento com homens para que não fosse considerada uma prostituta ou aproveitadora. Trata de diversos <u>casos de assédio</u> de menores que muitas vezes são “justificados” pelos comportamentos das moças. Há uma comparação (tabela) entre os casos ocorridos com mulheres brancas, pardas e negras, sendo que no <u>caso das negras a maioria dos homens é considerada inocente</u>. (pág. 110-111) São citados alguns nomes de <u>mulheres negras ou pardas vítimas destes processos</u> ao longo do livro: Alzira Januária, Carlinda Silva, Joaquina Cruz, Ascedina Ricardo Porto, Lucinda Braga, Clotilde Gomes, Simplícia, Júlia Gracinda, Florisbela de Oliveira, Maria Magdalena, Felizmina, Marcelina Maria, Maria Carolina, Francisca Rodrigues da Costa, Helena Florisbela, Agripina Custódio de Paiva, Violeta Figueira de Souza, Maria José da Silva, Luíza de Lima, Julieta Bernardina, Maria Sant’Ana, Maria Gonçalves, Laura Maria de Sá, Senhorinha Francisca, Amália, Emília Maria da Conceição, Celina F. de Souza, Manoela Ramos, Maria Leocádia Ferreira, Joana Pinto Castro e Corina (filha), Rita Batista.</p>

<p>Noções sobre a Vida do Negro no Pará. Belém: CEDEMPA, 1989.</p>	<p>Livro voltado para alunos de segundo grau. São descritas nominalmente as comunidades remanescentes de quilombos no Pará (mais de 40 comunidades). Há também alguns dados numéricos da população negra no estado.</p>
<p>LACERDA, Carlos. <i>O Quilombo de Manuel Congo</i>. 2.^a Edição. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1998.</p>	<p>O livro faz um relato não muito aprofundado historicamente sobre o Quilombo de Manuel Congo, surgido na vila chamada Estação do Comércio, posteriormente Sebastião de Lacerda. Cita as negras <u>Maria Creoula</u>, companheira de Manuel Congo e sabedora de rezas e a escrava Donata.</p>
<p>ANDRADE, Maria José de Souza. Os Recolhimentos baianos – seu papel social nos séculos XVIII e XIX. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. N.º 90, 1992.</p>	<p>A autora trata dos <u>recolhimentos</u> diferenciados em recolhimentos para meninas órfãs ou moças de classe média e recolhimentos para mulheres “transviadas mas arrependidas” ou “moralmente erradas mas com desejo de regeneração”. Faz uma análise da idade das mulheres recolhidas, mas os nomes citados de mulheres são sempre de mulheres brancas. No Estatuto dos recolhimentos está sempre presente o item “ser branca” para poder ser admitida no Recolhimento (p. 232). <u>As escravas eram aceitas com naturalidade nos recolhimentos, pois as moças das classes mais altas “não estavam habituadas as tarefas domésticas”</u>.(p. 233) Também para limitar os gastos no interior das clausuras as órfãs pobres assumiam também tarefas domésticas. (p. 234)</p>
<p>ALMADA, Sandra. Damas Negras. Rio de Janeiro, Mauad, 1995.</p>	<p>A autora aborda a biografia de <u>Chica Xavier</u>, <u>Lea Garcia</u>, <u>Ruth de Souza</u> e <u>Zezé Motta</u>. Alguns nomes de outras mulheres são citados, mas principalmente de parentes destas atrizes.</p>
<p>LAGES, Lily. Arthur Ramos e sua luta contra a discriminação racial.</p> <p><i>Schuma ver esse livro</i></p> <p><i>IMAGENS</i></p> 	<p><u>Foto de Teresa</u>, negra baiana, uma das primeiras “Filhas de Santo” do antigo candomblé do Gantois. (p. 61) Reprodução de um quadro de Di Cavalcanti que retrata uma ama-de-leite “Mãe Preta” amamentando o seu “sinhozinho” branco. (p. 71) É citada <u>Georgina Ramos Casado</u>, irmã de Arthur Ramos, participante da Federação. Há tb algumas <u>fotos</u> pessoais de Arthur Ramos: “Velha bantu da ilha de Marambaia” (p. 118); “Segunda geração de estoque bantu, ilha de Marambaia” (p. 124 e 125); “Filha de Santo em transe” (p. 126); desenho de “Filhas de Santo das macumbas de procedência bantu” (p. 127), “rendeira alagoana trocando bilros” (p. 137);</p>
<p>FILHO, Antonio Jonas Dias. As Mulatas que não estão no mapa. In: Cadernos Pagu - Gênero e Raça. n.º 6-7. SP: Unicamp, 1996.</p>	<p>O autor trata a questão da mulher como mercadoria no comércio internacional do sexo, especificamente em Salvador. Cita nominalmente (Ivana, Flávia e Suelen) algumas dessas mulheres que são exemplos de mulatas que se vêem na condição de mercadorias do sexo.</p>

Cadernos Pagu - Gênero e Raça. n.º 6-7. SP: Unicamp, 1996.	O livro traz diversos artigos que abordam a situação do negro na atualidade. Assuntos como o negro na mídia, a invenção da mulata, prostituição, educação, futebol, igreja, além de um debate sobre a revista <i>Raça Brasil</i> . Não traz uma abordagem histórica nem se utiliza de nomes de mulheres.
MELLO, Marcelo Pereira de. A casa de detenção da Corte e o perfil das mulheres presas no Brasil durante o século XIX. In: Gênero. Vol. 2, n.º 1. Niterói: EDUFF, 2000.	O artigo faz uma análise dos comportamentos “recomendáveis” às mulheres e por quais delitos elas eram presas. Na página 37 tem uma tabela com as diferenciações de cor entre as presas de 1886-1889, da Casa de Detenção do Rio de Janeiro. 45,1% dessas mulheres eram negras e se juntarmos com as pardas perfaz a impressionante porcentagem de 87,3%. As presas brancas são em 12,8%. Os delitos, em sua maioria, giravam em torno de “desordem”, “vagabundagem”, “obscenidade” e “imoralidade”. Na página 43 há uma tabela que compara o motivo da prisão com a cor das presas.
GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher e Escrava. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.	A autora trata na primeira parte sobre a <u>reprodução escrava</u> , a questão da maternidade. Na segunda parte aborda a <u>família escrava</u> . Traz uma citação de José Bonifácio falando dos direitos da escrava durante a gravidez e pós-parto (pg. 33). A autora coloca que mãe era sempre relativo às mulheres brancas enquanto a escrava era sempre “mãe preta”. Discute ainda uma questão interessante sobre a <u>Lei Rio Branco</u> , de que os filhos livres de mães escravas eram uma preocupação constante, uma “aberração”, já que muitas vezes estas “crias” pardas ou quase brancas eram filhos de senhores e estas mães poderiam recorrer aos “direitos de sucessão, de herança e ações de filiação”(pg. 36). Há no livro também uma discussão sobre o direito dos escravos casarem entre si (pg. 38). A terceira parte do livro trata das <u>amas-de-leite</u> , colocando que estas, juntamente com os demais escravos domésticos, eram considerados corruptores da família dominante. A autora mostra como a existência das “mães-pretas” <u>expropria da escrava o direito de ser mãe de seu próprio filho</u> . Na quarta parte do livro trata-se da relação entre a senhora e a escrava, sendo a senhora a administradora do lar e dos escravos domésticos. Na última parte, que trata da escrava como <u>objeto sexual dos senhores</u> , são citados alguns nomes de escravas que mataram suas senhoras: Florinda, em 16 de julho de 1885 e Letícia, Cecília e Querubina, que em 20 de setembro de 1873, mataram sua senhora, D. Ana Joaquina Carneiro Pimenta. (pg. 83) Nesta parte são <u>citados anúncios de fugas de escravas</u> , com os nomes delas.
QUINTÃO, Antonia Aparecida. Lá vem o meu parente: as	A autora trata das <u>irmandades</u> nestes dois estados, falando de suas origens, fazendo comparações entre elas, discutindo as diferenças entre os pretos das diferentes nações, etc.

<p>irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). SP: Fapesp, 2002.</p>	<p>Quando são citados os oficiais que compõem a Mesa Administrativa, podemos perceber pelos cargos que as mulheres são permitidas nas irmandades, mas neste capítulo isto ainda não é nem comentado, mas são cargos de escritãs, juizas e rainha. Na página 89 discute-se rapidamente sobre a presença das mulheres, notando-se que ela é muito grande e com isso diferenciam-se as irmandades dos pretos das associações de brancos, cuja predominância masculina é constante.</p>
<p>MATTOSO, Kátia de Queiroz. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Editora Braziliense, 2003.</p>	<p>O livro trata de maneira ampla a escravidão brasileira. Não aborda a questão de gênero dentro deste processo. O que há de mais interessante são as tabelas com números de escravos trazidos para o Brasil, com a variação do preço dos escravos. (pg. 64, 85) São citados <u>alguns nomes de escravas em fuga ou outras que foram alforriadas por seus senhores.</u> (as citações com estes nomes estão com as páginas do livro dobradas)</p>
<p>PRETTO, Nelson De Luca & SERPA, Felipe Perret (org). Expressões de sabedoria: educação, vida e saberes: Mãe Stella de Oxossi, Juvany Viana. Salvador: EDUFBA, 2002.</p>	<p>O livro traz <u>várias fotos.</u> São citados <u>alguns nomes de zeladoras do axé da Bahia,</u> como se refere o autor: Aninha, Pulchéria, Runhó, Senhora, Menininha, Nicinha e Stella de Azevedo Santos. O livro traz uma entrevista com Mãe Stella e outra com Juvany. Na entrevista com Mãe Stella, líder espiritual do terreiro Ylê Axé Ôpo Afonjá, não aborda muito sobre sua história de vida, mas de aspectos da religião, seus fundamentos, etc. Em 1981, Stella construiu um museu Nagô para manter viva a tradição. Stella cita o nome de Eugênia Anna dos Santos (Mãe Aninha), que é o nome da escola que funciona no terreiro e também Marinalva que é diretora da escola. Mãe Stella, em 2001, tornou-se a primeira suplente no Conselho Universitário da UFBA. Juvany fala um pouco de sua infância, colégios em que estudou, como cuidou dos irmãos, etc. Seu maior sonho sempre foi ensinar aos outros. Foi durante muitos anos professora primária no recôncavo baiano e nas redondezas da Região Metropolitana de Salvador, ainda hoje exerce o magistério. Cita o <i>Grupo de Dança Afro Vale do Iguape</i>. É indicado o site: http://www.geocities.com/Athens/Acropolis/1322</p>
<p>Estudos Avançados n.º 50. Dossiê O Negro no Brasil. São Paulo: USP, janeiro de 2004.</p>	<p>O livro traz uma série de artigos sobre o negro no Brasil, porém a maioria trata de questões mais atuais, como as quotas em universidades ou discussões sobre discriminação racial na atualidade ou ainda o conceito de raça. No artigo “As pesquisas na Bahia sobre os Afro-brasileiros” são citados alguns livros sobre o assunto tais como: Negros bantus (RJ, 1937) e Candomblés da Bahia (BA, 1948), de Edison Carneiro e O negro na Bahia (RJ, 1946), de Luís Viana Filho. Na página 137, tem uma bonita <u>foto chamada “A Deusa do Ébano”</u>, com Talita Bezerra de Amorim, que venceu a 25.ª edição do concurso de Beleza negra do Ilê Aiyê – bloco afro</p>

fundado em 1974. (outra do bloco foto na pg 154).

“**Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões**”, de Abdias Nascimento, surgido em 1944, no Rio de Janeiro, buscando trabalhar a valorização do negro. Na página 215 tem uma foto de Arinda Serafim e Marina Gonçalves, co-fundadoras do TEM, ensaiando uma peça. (foto cortesia de Elisa Larkin Nascimento) É citada também Ruth de Souza, Ilena Teixeira, Lea Garcia, Jacyra Silva e a dançarina Mercedes Batista (entrevistada por nós para “Um Rio de Mulheres”).

No artigo “**Negras memórias, memórias de negros**”, de Emanuel Araújo o autor fala da importância do resgate da participação do negro nos diversos setores da sociedade. São citados, mas apenas citados, alguns nomes: Juana Elbein dos Santos (antropóloga, mulher do mestre Didi, sacerdote da ancestralidade africana), Dona Pulquéria, Aninha, Senhora, Menininha do Gantois, Ia Nassô da Casa Branca, D. Olga do Alaketo, Dona Santa (rainha do *Maracatu Elefante* do Recife), Clementina de Jesus e Elisete Cardoso.

No artigo “**A política dos homens de cor no tempo da Independência**” de Ubiratan Castro de Araújo o autor trata de um tema que seria relevante, porém não há nenhuma referência a participação das mulheres neste momento histórico.

O artigo “**Intelectuais negros e formas de integração nacional**”, de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães trata dos modos de integração do negro na sociedade e da idéia de nação brasileira. É discutida a questão da imprensa negra paulista como fator importante para a mobilização política, a partir dos anos 1920, com os jornais *Liberdade* e *Clarim*. A criação da Frente Negra Brasileira (movimento social que se tornaria partido político, mas seria extinto em 1937), em 1931 tb seria um marco. Na pg 279 tem uma foto de um encontro da Frente Negra onde podemos perceber que havia mulheres. **Para saber mais sobre este tema ver: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. SP: Cia. Editora Nacional, 1965; PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo: USP, 1993; BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.** O artigo cita também (superficialmente) o Teatro Experimental do Negro (1944-64), no Rio de Janeiro e o Movimento Negro Unificado como importantes no desenvolvimento da luta negra.

No “**Último legado de Clóvis Moura**” é citado seu derradeiro livro o *Dicionário da escravidão negra no Brasil* que será brevemente publicado pela EDUSP.

	<p>No artigo “Saneamento: ação de inclusão social”, de Tito Cezar dos Santos Nery, apesar do tema não ter muita relação com nosso interesse são citadas as <u>comunidades quilombolas em São Paulo</u>. Elas estariam em 52 municípios. Na página 319 há uma tabela com os nomes das comunidades e o município onde se localizam. Há também várias <u>fotos</u> destas comunidades, entre elas várias mulheres.</p>
<p>Afro-Ásia n.º 19-20. Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador: FFCH - UFBA, 1997.</p>	<p>O livro é uma coletânea de artigos. No artigo “Quem eram os “negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia” discute-se apenas o exposto no título sem referências às mulheres. Em “Os caminhos do rio: negros canoeiros no Recife na primeira metade do século XIX”, na página 81 tabela com a população livre e escrava do Recife de 1827 a 1855. “Nas pegadas dos voduns” trata de alguns terreiros em São Paulo que tem sua origem em São Luis do Maranhão: a Casa Grande das Minas e a Casa de Nagô. O artigo fala das famílias dos voduns (deuses do povo euê-fom) e <u>há mulheres em todas elas</u>. Dona Jarina é a princesa encantada do Lençol (praia do Lençol) que dá nome ao terreiro de mina em SP (116). Mãe Joana de Xapanã, originária do tambor de mina de São Luis (118). O artigo tem várias informações interessantes, mas é preciso olha-lo com uma visão mais apurada. O índio e o negro: uma relação legendária trata desta mestiçagem no litoral norte da Bahia. Algumas mulheres dão depoimentos falando de sua descendência africana e indígena, de como seus antepassados teriam sido “<u>pegos no mato</u>” ou “<u>trazidos de longe</u>”. <u>É citada uma revolta escrava em Abrantes, por volta de 1827, onde teria existido um quilombo</u>.</p> <p>Há no final do livro duas resenhas interessantes dos livros: Azevedo, Thales de. <i>As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio</i>. Salvador, UDUFBA, 1996 e Figueredo, Luciano. <i>O Averso da Memória: Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII</i>. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.</p>
<p>Afro-Ásia n.º 21-22. Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador: FFCH - UFBA, 1998-1999.</p>	<p>“Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas” é uma parte modificada da dissertação de mestrado de Marcos Ferreira de Andrade, intitulada “Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840)” (FAFICH/UFMG, 1996). Há dados quantitativos de escravos na região e é um artigo bem interessante que, inclusive comenta que algumas revoltas <u>eram lideradas por escravas</u>, porém este é o único comentário relativo a participação das mulheres. “Em defesa da propriedade: Antonio Pereira Rebouças e a escravidão”. O artigo trata de</p>

	<p>processos defendidos por Antonio Pereira Rebouças onde são citadas <u>algumas escravas que lutavam por sua liberdade</u>. Tendo algumas conseguido e outras não. Marcelina (111), Margarida e Luiza (117), Maria Mulata e Maria Nova (119).</p> <p>“A capoeiragem baiana na Corte Imperial (1863-1890)”. O artigo analisa a presença de baianos na capoeiragem do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Não aparecem mulheres.</p> <p>“Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”. Dados sobre a população escrava do Recôncavo.</p> <p>“Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador - 1890-1937”. O artigo explica que algumas mulheres pobres conseguiam driblar os obstáculos e desafios das ruas, <u>produziam alternativas ocupacionais</u>, delineando em grande parte o perfil do pequeno comércio urbano. O <u>pequeno comércio de alimentos era dominado pelas mulheres pretas</u>. (240-246). “Zezé de Iansã por ser filha-de-santo e freqüentar o terreiro do Gantois tinha constantes brigas com o marido”. (252) Escolástica Maria da Anunciação, mãe Menininha do Gantois (254). As mulheres pobres e trabalhadoras, mais que outro segmento, explicitavam as contradições inerentes aos projetos europeizantes.</p>
<p>OLIVEIRA, Eduardo. Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza: LCR, 2003.</p>	<p>A primeira parte do livro trata da África antes da invasão européia, aspectos históricos, religiosos, estruturas de poder, etc. O livro trata de todas as questões ligadas ao <u>candomblé de forma filosófica</u>, sem exemplificar seus comentários. Mesmo quando fala de <u>candomblé e gênero</u> trata do tema apontando a <u>liderança da mulher</u>, sua relação com as forças da natureza, mas sem entrar de forma mais aprofundada no tema.</p>
<p>JOAQUIM, Maria Salete. O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra. Rio de Janeiro: Pallas; SP: Educ, 2001.</p>	<p>O livro analisa a importância do papel da mulher no <u>candomblé</u> e como funcionam estes terreiros onde <u>somente a mulher participa do processo de eleição</u> para o comando do terreiro. O livro traça um <u>panorama da religião</u>, explicando um pouco suas origens, significados, etc. Várias mães-de-santo são citadas: Pulquéria, Aninha, Cidália, Maria Julia da Conceição Nazaré, Cléo, Stella, Lídia, Nicinha, Olga, Senhora e Emiliana do Bogum e também a origem de alguns terreiros. Na página 69 tem o nome completo das entrevistadas e de onde são. Nas partes onde as próprias entrevistadas falam, há <u>reflexões muito interessantes sobre o papel da mãe-de-santo</u>, sua importância, etc.</p>
<p>GOMES, Flávio dos Santos. Experiências atlânticas: Ensaio e</p>	<p>O autor trata de variados temas ligados a escravidão. Pesquisas em jornais <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> e <i>Diário do Rio de Janeiro</i> de 1809 a 1821 com anúncios de escravos fugidos, mas</p>

<p>pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003.</p>	<p>sem distinção de sexo. São citados eventualmente <u>nomes de algumas escravas</u>, mas sem mais referências a elas além do nome de seu proprietário e de tentativas de fuga ou roubos.</p>
<p>Afro-Ásia n.º 23. Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador: FFCH - UFBA, 2000.</p>	<p>“Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos’: Fuga e família entre escravos na Bahia oitocentista”. O artigo cita a <u>fuga de algumas escravas que fugiam com seus filhos ou muitas vezes grávidas</u>. As irmãs Luiza e Maria Francisca do Carmo, Anna, Maria, Hilária, As Felicidade, Lucinda, Maria Euzébia, Cyrilla Maria da Piedade (33-38).</p> <p>“As comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX”. O artigo trata da comemoração relativa à expulsão das tropas portuguesas em 1823 em defesa da Independência do Brasil. Artigo muito interessante sobre esta “<u>feira patriótica</u>” mas que não trata, porém da participação de escravos, muito menos de escravas.</p> <p>“Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: notas sobre uma comunidade negra rural no oeste baiano”. Maria Pereira dos Santos, conhecida como <u>Maria da Cruz</u>, 76 anos é a liderança destas comunidades.(332).</p> <p>Homenagem a Lélia Gonzalez. (347) Fala um pouco da vida de Lélia, traz uma lista com suas publicações e tem <u>uma foto</u>.</p>
<p>AZEVEDO, Thales de. <i>As elites de cor numa cidade brasileira</i>. BA: EDUFBA, 1996.</p>	<p>O autor a partir da página 157 passa a tratar dos movimentos negros na Bahia e <u>aborda a Frente Negra na Bahia, fundada em 1932</u>.</p>
<p>Afro-Ásia n.º 24. Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador: FFCH - UFBA, 2000.</p>	<p>“Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista”. (Século XIX) O artigo cita <u>nomes de algumas escravas vendidas</u>, mas sem mais detalhes sobre elas ou sobre as conseqüências da mudança de região. Os filhos das escravas que <u>nasceram depois da Lei Rio Branco acompanhavam a mãe</u>. (114)</p> <p>“Além da hierarquia: famílias negras e casamento em duas freguesias do Rio de Janeiro (1765-1844)”. O artigo faz uma análise das possibilidades de <u>casamento entre negros/as e brancos/as livres ou forros/as</u>. (156)</p> <p>“Histórias e reminiscências da morte de um senhor de engenho no Recôncavo”. Na página 188 é citada a história da “<u>Misteriosa encelada do Carmo</u>”, recolhida por Silva Campos, na década de 1920, que fala da <u>presença de uma mulher e de uma autoridade laica nos domínios da comunidade carmelita</u>. Acredita-se que essa história tenha estreita relação coma “<u>preta</u>” Mafalda.</p>

	<p>Foto de carregadores de rua na Bahia (1900-1910), onde vemos <u>uma mulher</u>. (205)</p> <p>“A fala identitária: teatro afro-brasileiro hoje”. O artigo trata de uma maneira geral da participação do negro no teatro. Teatro Experimental de Negro. Há uma análise de como as mulheres são concebidas em algumas peças. (312)</p> <p><u>Foto</u> de duas negras em uma janela no centro histórico de Salvador (337, 350, 351).</p> <p>“Um debate sobre o carnaval do Ilê Ayê”. Yalorixá Hilda (370).</p>
<p>FONSECA, Maria Nazareth Soares. (org.) Brasil afro-brasileiro. BH: Autêntica, 2001.</p>	<p>No artigo “A oralitura da memória”, na página 75 tem uma descrição dos festejos ocorridos no Rio de Janeiro, em 1748, onde se fala dos Congos e da coroação de um Rei negro.</p> <p>“Feminismo plural: negras do Brasil”. Na página 221 tem uma citação de Luciano Figueredo que fala de como as autoridades tentavam coibir <u>as negras de tabuleiro e vendeiras</u> e na pág. 222 outra que trata da <u>participação delas nos batuques</u>. Há alguns livros interessantes na bibliografia utilizada pela autora: FIGUEREDO, Luciano. <i>O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII</i>. RJ: José Olympio; Brasília, EdUNB, 1993 e MELLO E SOUZA, Laura de. <i>O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial</i>. SP: Cia das Letras, 1986.</p> <p>“(re)conhecer quilombos no território brasileiro”, o artigo discute a <u>noção de quilombo</u>, abordando o significado da palavra e os processos para seu reconhecimento. São citados vários quilombos no país. Também são citados vários <u>encontros e seminários nacionais de comunidades negras e quilombolas</u> acontecidas no país (318). É citado o Quilombo de Campinho da Independência, cuja origem é remetida a uma doação de terras feita a <u>três senhoras negras</u> pelo ex-patrão (cf. GUSMÃO, Neusa. “Caminhos Transversos: território e cidadania negra”. In: O'DWYER, Eliane (org). Terra de Quilombos. Rio de Janeiro: ABA, 1995, pg. 61-119).</p>
<p>Afro-Ásia n.º 25-26. Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador: FFCH - UFBA, 2001.</p>	<p>“Sementes da sedição”, nas pgs 15 e 16 há dados sobre a <u>origem dos escravos trazidos para o Recife e Paraíba</u>. É citada a <u>Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Santo Antônio do Recife</u> e tb a da cidade de Olinda. São citadas várias <u>corporações profissionais</u>: “<u>Pretos ganhadores da praça do Recife</u>”, “<u>Pretos carvoeiros do Recife e Olinda</u>”, etc. O artigo se refere a várias tentativas de sublevação de escravos em várias partes do país no início do século XIX. É citada a negra Gracia, da comarca de Alagoas, que tinha posição privilegiada entre os negros, considerada como uma rainha e presa em 17 de agosto de 1815.</p>

(39 e 48-49).

“Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889”, na pg 97 traz dados sobre a introdução da escravidão em Ilhéus, no século XVI e nas páginas seguintes o desenvolvimento destes números. Nas pgs 124 e 125 são citados casos amorosos entre escravos (mas tb com senhores ou capitães) que por ciúmes podiam acabar em brigas e até mortes. São citados alguns casos nominais, **Thereza** e **Eulália**. Na pg 126 são citados mais nomes de escravas que foram separadas de suas filhas/os quando vendidos, incluindo uma menina que com apenas 13 anos, de nome Januária, já havia sido vendida duas vezes.

“O triângulo das *tobosi*: uma figura ritual no Benin, Maranhão e Bahia”, o artigo trata destas figuras da religião afro-brasileira, que são figuras femininas, mas o artigo é muito complicado e não consegui entender muita coisa... ?

“No caminho de Aruanda: a umbanda candanga revisitada”, o artigo começa falando dos primeiros centros de umbanda no Distrito Federal, em 1958. São citados alguns livros interessantes: PRANDI, Reginaldo. *Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova*. SP: EDUSP, 1991 e BRANDÃO, Maria do Carmo. *Xangôs tradicionais e xangôs umbandizados no Recife*. SP: USP, 1986 (tese de doutorado). Mas o artigo trata apenas de uma reflexão sobre a religião, seus ritos, etc.

“Teatro Negro: a realidade de um sonho sem sono”, o artigo trata da participação do negro no teatro de uma forma geral e a formação de companhias e grupos que tratavam da questão do negro, buscando com o teatro superar as desigualdades raciais. Na página 317, a autora aborda o **Teatro Experimental do Negro**. Na página 322 fala da **Frente Negra Brasileira**. Na página 329 tem uma bonita foto intitulada “Brasileira – O Maracatu com bailarinos da companhia”. São citadas: **Ruth de Souza, Lea Garcia, Zezé Mota, Iléa Ferraz, Naira Fernandes, Cida Moreno, Carmen Luz e Zenaide Silva**. Zenaide Silva, em 1991, funda o grupo **Ori-Gen Ilê de Criação**, composto de 16 mulheres negras. **Dirce Thomaz**, atriz negra, de origem paraense, criou em 1989, aos 29 anos, o Centro de Dramaturgia e Pesquisa sobre a Cultura Negra, também chamado Espaço Imole, que significa Luz, em ioruba. Na pg 345 trata do teatro negro na Bahia. Em 1969 é criado por **Lúcia de Sanctis**, o Tenha – Teatro Negro da Bahia. **Nivalda Costa**, diretora negra, montou em 1980, a Paixão de Cristo, no Pelourinho, onde Nossa Senhora era negra e Jesus era mulato. (348) Em 1976, foi criado o grupo de teatro negro

	<p>Palmares Inaron, Teatro, Raça e Posição, co-liderado por Lia Sposito, com a participação de Ana Sacramento. (349) Citadas: Ava Avacy, Arany Santana, Rejane Maia, Sônia Brito, Vilma Florentino, Chica Carelli. Na pg 353, trata dos blocos de carnaval, que contavam com a participação de atores e também buscava valorizar a cultura negra. Na página 254 relaciona o teatro com a criação do MNU baiano. Na década de 1990, como herdeiros do TEN são citados o Bando de Teatro Olodum e a Companhia de Teatro Popular do Sesi.</p>
<p>Afro-Ásia n.º 27. Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador: FFCH - UFBA, 2002.</p> 	<p>“Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. Na pg 136 fala da proporção de <u>mulheres escravas que chegavam ao Rio de Janeiro vindas do nordeste</u>: 3500 por ano, por volta de 1870. O autor comenta também sobre as escravas que chegavam para trabalhar em bordéis e que pelo menos um importador no RJ era especializado no suprimento de bordéis.(136) Honorata foi trazida da Bahia no início da década de 1860 e com apenas 12 anos forçada por sua senhora à prostituição (146) Corina, também vinda da Bahia, com 20 anos, em 1867, foi comprada por um fornecedor no Rio de Janeiro para uma proprietária de bordel, conhecida por sua “coleção de belíssimas mulatinhas escravas (...) todas elas mais ou menos claras (...) todas moças, quase implumes”. Maria Ana de Souza do Bonfim, uma escrava alforriada na Bahia, foi para o Rio de Janeiro, em 1868, procurar sua filha Felicidade, que para lá tinha sido vendida. Quando Maria chegou ao Rio de Janeiro, sua filha já tinha sido entregue a um comprador em Minas Gerais. A mãe contratou então um fornecedor de escravos do Rio, pagando-o para ir a Minas Gerais para procurar sua filha, comprá-la e trazê-la de volta ao Rio onde Maria Ana iria pagar sua alforria em prestações. O plano deu certo até que a mãe não pode pagar duas prestações e houve uma batalha jurídica a cerca do estatuto jurídico de Felicidade. Por fim o Tribunal definiu que Felicidade ficaria libertada conquanto os pagamentos fossem feitos até que atingisse seu valor de venda. (150) Maria Lourindo também separada de sua filha na década de 1820. Trinta anos depois, já viúva, coloca anúncio num jornal a procura da filha Victoriana. (150)</p> <p>“A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP)”. O artigo vai traçar um panorama das <u>relações familiares entre os escravos de D. Anna de Oliveira Roza</u>, nascida em 1750 e falecida em 1818 ou 19. São 118 cativos integrantes de 24 famílias. O artigo trata nominalmente dos escravos mostrando quais integravam que famílias. Quem foram os casais que originaram essas famílias, etc. Nas pgs 188-192 tem um apêndice com a listagem de todas as famílias escravas deste plantel.</p>

	<p>“Atos dignos de louvor: imprensa, alforrias e abolição no sul do Espírito Santo, 1885-1888”. O artigo vai tratar de como os senhores capixabas situavam-se em relação à <u>escravidão e ao abolicionismo</u>. Na pg 197 são citados alguns <u>nomes de escravas libertas</u>, em 1885, por seus senhores, em virtude de bons serviços prestados. Cita a <u>Sociedade Abolicionista do Espírito Santo</u> (a primeira da província, fundada em 1869).</p>
<p>Afro-Ásia n.º 17. Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador: FFCH - UFBA, 1996.</p>	<p>“Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)”. O autor cita as principais áreas de <u>formação de quilombos na capitania</u> (pg 25) e as tentativas de repressão a eles.</p> <p>“As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”. São encontradas tanto <u>escravas colocadas no ganho por seus proprietários</u>, como <u>mulheres negras livres e libertas que lutavam para garantir seu sustento de seus filhos</u>.</p> <p>“A Frente Negra Brasileira na Bahia”. O artigo tenta traçar um panorama do surgimento da Frente Negra na Bahia e como a sociedade baiana a encarava.</p> <p>“Dança do quilombo: os significados de uma tradição”. O artigo trata de uma dança típica negra e <u>indígena alagoana</u>, que tem seu mais remoto registro em 1839, na cidade de Marechal Deodoro.</p> <p>Indicação de livro: GRAHAM, Sandra Lauderdale. <i>Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910</i>. SP: Cia das Letras, 1992.</p> <p><i>“No RJ de 1870, 30.000 mulheres escravas e livres trabalhavam como domésticas. Eram 15% dos habitantes e 71% das trabalhadoras da cidade. A proporção de escravas que eram domésticas girava em torno de 90%, mas 65% das mulheres livres também o eram”</i>.</p>
<p>CASADEI, Thalita de Oliveira. Os escravos na terra fluminense. Niterói: Parceria Editorial, 2000.</p>	<p>O livro trabalha com uma série de documentos muito interessantes, como <u>cartas de alforria, pedidos, feito por escravos, por sua libertação, etc</u> e cita muitas <u>escravas</u>.</p> <p>Inicia o livro falando da <u>procedência dos escravos trazidos para as terras fluminenses</u> (25). Pg 29 tem um documento com a posição de <u>vereadores em relação à escravatura em 1822</u> onde argumentam que o <u>escravo não deve se dedicar às artes</u>. Na pg 39 trata da possibilidade de <u>emissão de passaporte para os escravos viajarem</u> e cita <u>nomes de algumas escravas que conseguiram obter tal documento</u>. Na pg 42 fala dos <u>escravos que foram presos e depois daqueles em casas de correção</u>. A partir de documentos cita <u>escravos comprados e vendidos</u> e quanto valia cada um deles. Na pg 54 são citados casos de <u>escravos músicos</u> e dentre eles encontramos algumas mulheres: Josefa Maria, Albina da Conceição, Virginia Maria e</p>

	<p>Maria do Nascimento. A partir dos inventários de seus donos podemos saber a lista de seus escravos e em quanto são avaliados (58). Fala-se também dos <u>casos de fuga, formação de quilombos, tentativas de insurreições e suicídios por parte dos escravos.</u> (63-81) A autora mostra um exemplo de <u>escrava de aluguel: Ana de Sant'Anna</u> que foi alugada para cuidar de crianças de boa família (82) Trata também dos casamentos entre escravos. São comentados posteriormente casos de escravos que solicitam sua alforria por conta de serviços prestados para a família real e também por conta do aniversário da Imperatriz. Na pg 123 traz um documento que fala da emancipação dos africanos livres (aqueles que chegaram ao Brasil depois da Lei de 7 de novembro de 1831, que declarava livre qualquer negro escravizado na África e desembarcado em nossas terras após aquela data). São citados vários nomes de mulheres. Logo em seguida, traz outro documento sobre o trabalho de africanos livres no IHGB. (132) Na pg 171 traz outro documento no qual é permitida a participação de escravos no exército.</p>
<p>Estudos Afro-asiáticos. Ano 23, n.º 02. RJ: UCAM, 2001.</p>	<p>“Com o pé sobre um vulcão: africanos minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840)”. O artigo busca retratar o <u>medo que tomou conta da população branca carioca quando da vinda crescente de africanos ocidentais de Salvador para o RJ, depois da derrota do Levante dos Malês, em 1835, mas trata do assunto do ponto de vista dos brancos.</u> Cita denúncias feitas de suspeitas de levantes e legislações agressivas que, por exemplo, ordenava a pena de morte a escravos acusados de matar seus senhores. (343) Na pg 342 comenta sobre a origem dos africanos no Rio de Janeiro. Na primeira metade do século XIX os africanos da Costa Ocidental representariam, segundo Mary Karash, 7% e segundo Holloway os mina representariam 17% da população escrava do RJ. O artigo trata também da <u>sedução de escravos</u>, que era uma forma de atrair o cativo com algum artifício e depois envia-lo – com a permissão do próprio escravo – para fora da cidade, geralmente para alguma fazenda ou mesmo para quilombos suburbanos. A <u>sedução</u> era diferente do roubo, pois contava com a inteira participação do escravo, o que permite colocá-la como mais uma variante da fuga. Na pg 358 é citada Catarina Cassange, que fora seduzida e enviada para Guapy, distrito de Magé e entregues a Joaquim Mina, que tinha uma venda na localidade.</p>
<p>Estudos Afro-asiáticos. Ano 24, n.º 02. RJ: UCAM, 2002.</p>	<p>“Esperanças de Boaventuras: Construções da África e Africanismos na Bahia (1887-1910)”, trata das <u>versões da África apresentadas nos desfiles de carnaval da Bahia nos primeiros anos pós-abolição.</u> O artigo começa com um pequeno trecho do testamento de</p>

* **Esperança de São Boaventura**, escrava da Costa D'África. Cita também as escravas **Francisca Sallé** e **Constança Teixeira** que, depois de alforriadas fizeram testamento (pg. 217). Na pg 219 fala das atrações mais comuns nos carnavais de 1895 e 1910. Na pg 237, é citado o caso de um navio que, em 1899, trazia mercadorias para o Brasil, mas teve que voltar a África. Entre os reclamantes de mercadorias estava a africana **Julia Maria da Conceição**, negociante, com comércio estabelecido na freguesia do Passo. Pertenciam a ela 125 barris de fumo em rolo. Na pg 237 cita a africana **Cecília Adolfo** que declarava-se católica mas queria que seu enterro obedecesse os ritos africanos.

“**Casar ou não, eis a questão. Os casais e as mães solteiras escravas no litoral sul-fluminense, 1830-1881**”. O artigo trata dos escravos de Mambucaba, Angra dos Reis. A partir dos inventários dos proprietários locais, foram encontradas 51 (80,9%) famílias matrifocais em pequenas propriedades. Entre as maiores, aquelas com 15 ou mais escravos, 43 (78,2%) eram de mães solteiras com seus filhos e 12 (21,8%) de casais, com ou sem filhos. É possível perceber a preferência dos cônjuges em criar laços com outros de mesma origem, pois 84,6% das uniões eram endogâmicas contra 15,4% mistas. Pgs 302 e 303 são citadas mães escravas que batizaram seus filhos: Sabina, Catarina, Graça, Maria. O artigo é um pouco confuso, mas com muitos exemplos nominais de casamentos entre escravos, mães solteiras, etc.

“**Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente**”. A primeira parte do artigo traz um panorama do período escravocrata e a estruturação destas religiões no RS. A introdução de escravos no RS ocorreu a partir da primeira metade do século XVIII. Em 1780, os negros compunham cerca de 30% na população da Província e 40% do total em 1814. Nesta data, os negros são 51% da pop. De Piratini e 60% da de Pelotas. Porém com a chegada de colonos alemães em 1824 e de italianos em 1875, o percentual da população branca tem um aumento significativo. (348) Tudo indica que os primeiros terreiros de batuque foram fundados na região do Rio Grande e Pelotas e teria surgido por volta de 1833 e 1859. Primeiro candomblé, no país, teria surgido na Bahia em 1830. Sobre como o batuque teria ido ao RS há duas versões. Uma de que uma escrava o teria trazido do Recife (não traz mais informações sobre esta versão) e outra que não associa a um personagem, mas como um espaço de resistência estruturado na própria região. (349) As notícias de batuque em Porto Alegre datam da segunda metade do século XIX e seu incremento deve ter ocorrido com a migração de escravos e ex-escravos da região de Pelotas e Rio Grande para a capital. O maior contingente

	<p>de negros na capital era nos arredores da cidade, Areal da Baronesa, na cidade baixa, e nas chamadas Colônia Africana e “Bacia”, atuais bairros do Bonfim, Mont Serrat e Rio Branco. Há relatos de práticas de cultos afro-brasileiros em todos os territórios negros referidos. Na pg 352 há uma tabela com o número de casas de batuque em POA de 1937 a 1952. A partir da pg 353 faz um histórico das principais nações no estado: Oyó, Ijexá, Jeje, Cabinda e Nagô. A primeira casa de Umbanda no RS foi tb na cidade do Rio Grande, em 1926.</p>
<p>Estudos Afro-asiáticos. Ano 24, n.º 03. RJ: UCAM, 2002.</p>	<p>“Negros de Almas Brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo – 1915/1930”. Na pg 566 traz os números do censo de 1872 onde os negros correspondiam a 37,2% da população da cidade de São Paulo e 62% no estado. Já em 1893, o percentual cai para 11,1% e em 1934 para 8,5%, na cidade de São Paulo. Há um trecho, pg 574, de uma carta aberta escrita num jornal da imprensa negra, <i>Alfinete</i>, de 12/10/1918: <i>“O Salão Lyra – Ah! Diariamente realizam-se bailes de maxixe que na maioria dançam mulheres brancas, que não se deixam de compartilhar as nossas patrícias a nossa vergonha, e, a nossa raça ficar completamente desmoralizada. Não se deve freqüentar o salão Lyra. A nossa raça deve procurar outra convivência”</i>. Na pg 575 tem uma citação do jornal <i>A Sentinella</i>, de 10/10/1920: <i>“(…) as negras sem-vergonha que fazem ponto nos quatro cantos entre as ruas Silva Pinto da Graça e Três Rios, embriagam-se depois fazem uma algazarra do diabo, tudo por causa de macho. Criam vergonha, suas negras, sem cabellos”</i>. ✨</p>
<p>Afro-Ásia n.º 28. Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador: FFCH - UFBA, 2002.</p>	<p>“O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX)”. O artigo trata do batismo de escravos nesta região, mostrando que este batismo era mais uma tática senhorial para evitar problemas com a Igreja e que os padrinhos e madrinhas destes escravos eram outros escravos da propriedade, quase sempre escolhidos também pelo senhor. São citados alguns nomes de escravas: Francisca, crioula, foi madrinha doze vezes, sendo sete de adultos; Benedita, crioula, onze vezes, sendo dois adultos; Maria Izabel, africana, oito vezes, sendo um adulto, Rosa, catorze vezes, sendo dez adultos. (157)</p> <p>“Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, 1850-1888”. Pelas pesquisas realizadas as famílias matrifocais eram maioria: 57,2% (pg. 187), sendo sempre superiores as nucleares. Na pg 188, há uma tabela com a distribuição das mães segundo faixa etária e estado civil de 1850 a 1888. Nas pgs 193 e 194 a descendência de duas famílias encabeçadas por mulheres: Margarida e Gertrudes. Outras famílias são descritas ao longo do artigo, com os nomes de todos seus membros citados, mas sem mais informações acerca delas.</p>

	<p>“Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888”. Desde a segunda metade do século XVIII, na região de Belém concentrava-se boa parte da população escrava da Província do Pará. Em 1753 viviam 8573 habitantes, sendo 4423 brancos (51,6%), 3051 escravos negros (35,6%) e 1099 pretos, índios e mestiços livres (12,8%). (pg. 221)</p> <p>Na pg 228, 233 e 235, cita o nome de algumas <u>escravas fugidas</u>, Piedade, Raymunda, Antonina, Camila, Constância. Pg 245, Maria de Nazareth, que fugiu levando “um vestido de chita e listras e pinguinhos brancos”. Na pg 247, mais <u>escravas fugidas</u>: Margarida, Faustina e Rosa e na pg seguinte, Francisca.</p>
<p>CARNEIRO, Edson. O Quilombo dos Palmares.</p> <p><i>Palmas Quilombo</i></p>	<p>Na pg 53 diz que o rei Ganga-Zumba era <u>filho de Aqualtune</u> e vivia com três mulheres, duas negras e uma mulata. As duas primeiras eram estéreis, mas da mulata teve muitos filhos – quatro ou cinco pelo que se sabe. Pg 55: parece que Zumbi era casado com uma branca, <u>D. Maria</u>, filha de um senhor de engenho de Porto Calvo. Pg 78, é citada a negra <u>Lucrecia</u>, que teria sido capturada pelos holandeses.</p> <p>Em 1669, o governador Bernardo de Miranda Henriques, notifica os moradores para que se possuísem <u>escravos de Palmares</u> que os vendessem no Recife. Entre os notificados encontra-se <u>Maria Barreiros</u> (86). Na repressão aos quilombos, em 04 de outubro de 1677, as tropas chegam ao mocambo de Aqualtune. O rei foge e a rainha-mãe, ao que parece, estava ausente, mas uma de suas damas de companhia foi encontrada morta, alguns dias mais tarde (98). Na pg 201, tem um documento que fala das guerras palmarinas e que cita o nome de uma negra Angola, <u>Madalena</u>, que teria sido cativa na guerra. (o documento é um pouco confuso)</p>

Biblioteca Nacional – Obras Raras: Periódicos

“DIVERSOS”

Loc.: PR-SOR 2206-225 (RJ e RS)

Obs.: Jornais diversos

- Diário do Rio Grande

Folha Comercial e política - Data: sexta-feira 28 de junho de 1850

Folha: 4

Annuncios:

“Aluga-se uma ama com muito e bom leite, sem filho; na rua da Praia nº 446”

Tomo: 26

- Jornal: Artista:

Porto Alegre – Pelotas

Data: 26 de novembro de 1867

Tomo: 26

Folha: 3

“Leilão de escravos

Quinta-feira 28 do corrente

As 5 horas da tarde – a rua da Alfândega nº 15

ANTÔNIO P. BASTOS

Procederá a venda em público leilão por ordem de diversos

O seguinte:

1 – Escrava que sabe cozinhar e lavar com perfeição

1 – Dita que cozinha lava e engoma

1 – Dita que sabe todo o serviço de uma casa de família

1 – Dita que cozinha, lava e engoma

1 – Dita mocama

1 – Crioulo copeiro

EM SEGUIDA

Diversos móveis que estarão patentes no ato do leilão

- Jornal do Commercio

Pelotas, 26 de julho de 1870

Anno I – Nº 138 - Pág. 4

“Ama de leite

Aluga-se uma de cor parda, livre, com cria de um mez e affiança-se a boa qualidade do leite. Quem precisar dirija-se a esta typographia”.

Jornal: O amolador

Rio Grande do sul, 24 de maio de 1874

Flash: 34 – nº 24

Folha: 64

Interessante!